

**Visão**

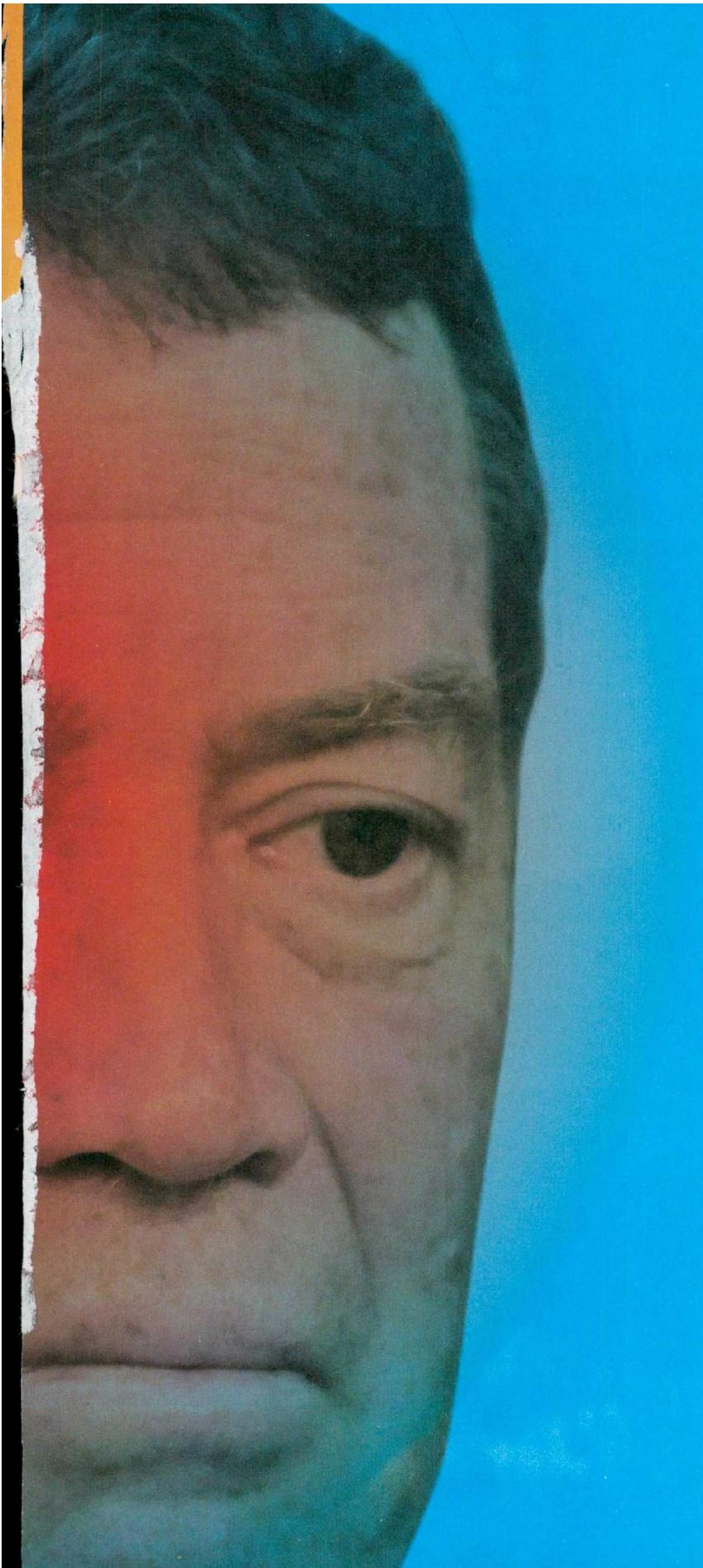
16-01-2020

**Periodicidade:** Semanal**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 132725**Temática:** Energia**Dimensão:** 2616 cm<sup>2</sup>**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 56 a 59

# AS ONDAS DE CHOQUE DO CASO EDP

Há novas linhas de investigação no processo EDP. Emails e movimentos bancários levaram Santos Ferreira e Paulo Macedo a serem chamados ao Ministério Público e há novas suspeitas sobre negócios da Brisa e do projeto PIN do resort Costa Terra

 SÍLVIA CANECO



# J

João Conceição foi assessor de Manuel Pinho quando o segundo era ministro da Economia, teve acesso a informações do governo, até usou um email do ministério, mas o Estado nunca lhe pagou um cêntimo. Enquanto desempenhou essas funções, em 2008 e 2009, o atual administrador da REN foi pago, primeiro, pela consultora Boston Consulting Group (BCG) e, depois, pelo Banco Comercial Português (BCP). Mas, na verdade, apesar de ter recebido mais de 153 mil euros daquele banco, também não prestou qualquer serviço ao BCP. É que o banco privado então liderado por Carlos Santos Ferreira estaria, afinal, a pagar a um funcionário por alegados serviços prestados à EDP. Funcionário esse que, ao mesmo tempo, atuava como consultor do então ministro da Economia, Manuel Pinho.

É provável, claro, que a esta hora o leitor já se tenha perdido e não saiba quem pagou o quê, a quem e por que razão.

O mesmo imbróglcio ocupou durante meses os procuradores Carlos Casimiro Nunes e Hugo Neto, que têm em mãos o processo que começou por investigar as chamadas rendas excessivas da EDP e alegadas decisões favoráveis à empresa de energia e ao Grupo Espírito Santo tomadas por Manuel Pinho quando aquele era ministro da Economia do governo de José Sócrates. Até que de email em email, e de movimento bancário em movimento bancário, os procuradores do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) tropeçaram no que acreditam ser a solução do problema: os administradores da EDP António Mexia e João Manso Neto terão chegado a acordo com Carlos Santos Ferreira e Paulo Macedo, então administradores do Banco Comercial Português, para que fosse aquele banco privado a contratar João Conceição com um salário ilíquido

de dez mil euros mensais, acrescido de seguros e de carro de serviço.

Na altura, o BCP e a EDP tinham participações cruzadas: a EDP era acionista do BCP, que por sua vez era acionista da empresa de energia. Para o Ministério Público, os administradores da elétrica terão dado esse “prémio” a João Conceição com o intuito de o usarem como ponte entre a EDP e o ministro Manuel Pinho nas discussões e nos diplomas relacionados com questões energéticas. Essa mesma razão, na visão do Ministério Público, terá levado António Mexia e João Manso Neto a diligenciar mais tarde para que João Conceição fosse nomeado administrador da REN – Redes Energéticas Nacionais.

Através de uma série de emails recolhidos nos computadores do banco e da elétrica, já divulgados pelo *Observador*, o Ministério Público chegou à conclusão de que terá havido um acordo entre a administração da EDP e a administração do BCP para a contratação de João Conceição. Ainda em 2008, Conceição enviou um email, a partir da sua caixa de correio no Ministério da Economia, a indicar à EDP os valores e as condições em que pretendia ser remunerado. Primeiro, Manso Neto terá enviado a António Mexia um email a dizer que nessa fase, “no BCP”, teriam de pagar a Conceição dez mil euros mensais e os seguros de vida e saúde. Depois, das caixas de correio do BCP, chegou a informação de que o encontro de contas daquele salário seria “efetuado entre o BCP e a EDP por outras vias – acordado entre o sr. dr. Paulo Macedo e o sr. dr. Manso Neto”.

Paulo Macedo foi então chamado às instalações do DCIAP, na qualidade de testemunha, para explicar por que razão tinha contratado João Conceição para o BCP. O ex-ministro da Saúde, hoje presidente da Caixa Geral de Depósitos (CGD), alegou que deverá tê-lo feito em resposta a um pedido de Carlos Santos Ferreira, que também já foi ouvido como testemunha neste processo, em novembro, e nos últimos anos tem sido apontado como o peão de Sócrates na administração do BCP e do banco público (juntamente com Armando Vara).

Foi assim que a investigação, que inicialmente estava centrada em António Mexia, Manso Neto, Manuel Pinho e Ricardo Salgado, chegou a novas suspeitas e a novos alvos. Os procuradores concluíram que Carlos Santos Ferreira,

**Trio suspeito** Ricardo Salgado, António Mexia e Manuel Pinho são os três arguidos mais sonantes do processo



Paulo Macedo e Luís Gravito, da Boston Consulting Group, terão “compactuado” num esquema que terá permitido beneficiar a EDP em 1,2 mil milhões de euros. A consultora, por exemplo, viu os seus extratos bancários investigados e alguns dos seus sócios a serem chamados a prestar declarações.

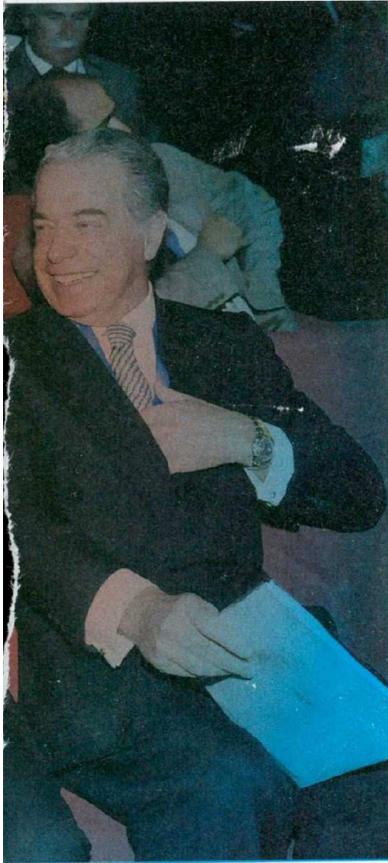
Este esquema de que fala o Ministério Público teria à cabeça Manuel Pinho, de um lado, e António Mexia, do outro. O antigo governante é suspeito de ter

tomado uma série de decisões legislativas favoráveis à empresa de energia, em troca de contrapartidas financeiras: primeiro, através de pagamentos que terá continuado a receber via Grupo Espírito Santo, alegadamente ordenados por Ricardo Salgado, e porque o BES era acionista da EDP; depois, através de um patrocínio dado pela EDP à Universidade de Columbia, em Nova Iorque, como contrapartida da contratação de Manuel Pinho para professor daquela instituição superior.

#### AS CONTRADIÇÕES DO ARGUIDO

João Conceição foi interrogado no final de 2019 sobre estes factos pelos procuradores do DCIAP, já depois de ter prestado declarações sobre o tema na Comissão Parlamentar de Inquérito ao Pagamento de Rendas Excessivas aos Produtores de Eletricidade. Os procuradores cruzaram as suas declarações com dados recolhidos durante a investigação, como os emails e as agendas do ex-ministro Manuel Pinho, e concluíram que as palavras do administrador da REN, que começara a apoiar a EDP

**A INVESTIGAÇÃO DEFENDE QUE PAULO MACEDO E CARLOS SANTOS FERREIRA “COMPACTUARAM” NUM ESQUEMA QUE TERÁ BENEFICIADO A EDP EM 1,2 MIL MILHÕES DE EUROS**



na preparação de propostas legislativas logo em 2006 (enquanto trabalhava na consultora BCG), não coincidiam com os factos que constam do processo.

O administrador da REN disse no Parlamento, por exemplo, que só conheceu Manuel Pinho cerca de uma semana antes de o ex-ministro ter ido à Comissão Parlamentar de Inquérito de Economia, em 2007, porque teria sido incumbido de preparar essa audição com o então governante. Mas a agenda oficial do ex-ministro conta outra história: que teve mais de uma dezena de reuniões com João Conceição em data anterior. Conceição também disse, na Assembleia da República, que praticamente não teria tido intervenção na Resolução de Conselho de Ministros que tornava efetiva a extinção dos contratos de aquisição de eletricidade (CAE) e a sua substituição pelos custos de manutenção do equilíbrio contratual (CMEC). Mas o Ministério Público encontrou emails que mostram que terá intervindo na matéria.

O licenciado em Engenharia Aeroespacial, que em 2000 começou a



**Carlos Santos Ferreira**  
O ex-presidente do BCP  
foi ouvido como testemunha  
no processo em novembro



**Paulo Macedo** O presidente  
da CGD foi chamado a explicar  
a contratação "fictícia" de João  
Conceição

trabalhar com questões de energia e foi constituído arguido neste processo por suspeitas de dois crimes de corrupção passiva para ato ilícito, defendeu junto dos procuradores que, quando prestou apoio técnico no Ministério da Economia, "nunca favoreceu a EDP" e que nunca nada lhe foi prometido como contrapartida das suas funções. À VISÃO, João Conceição disse já ter tentado explicar "equivocos e falsos pressupostos" na Comissão Parlamentar de Inquérito, a órgãos de comunicação social e perante o Ministério Público sobre a sua contratação pelo BCP e "as indicações" que aí lhe foram dadas relativamente às suas funções e ao apoio que prestou ao Ministério da Economia, através das suas "entidades patronais".

#### NOVAS SUSPEITAS: DA BRISA AOS PIN

A verdade é que as suspeitas que agora recaem sobre uma consultora e sobre a antiga administração do BCP liderada por Carlos Santos Ferreira – pela forma como geriram os pagamentos dos salários de João Conceição – são apenas uma das pontas de um novelo

que parece não ter fim. Através das agendas, dos emails e das transações bancárias que têm sido analisados pelos procuradores do Ministério Público, o processo, que começou com uma denúncia sobre as rendas excessivas e que se antevia demasiado técnico, sofreu uma série de reviravoltas e desembocou em novas linhas de investigação.

A candidatura de Portugal à Ryder Cup de 2008, para a qual foi escolhida a Herdade da Comporta, uma das antigas joias do império Espírito Santo, tem estado na mira dos investigadores, tal como o facto de a Herdade da Comporta e de a Herdade do Pinheiro terem recebido o estatuto de projeto de Potencial Interesse Nacional (PIN) quando Pinho estava no governo. O Ministério Público acredita que essas decisões favoráveis aos empreendimentos do Grupo Espírito Santo terão tido como moeda de troca os milhões que Manuel Pinho terá continuado a receber do grupo liderado por Ricardo Salgado, via Espírito Santo Enterprises, quando saiu do GES para ingressar no governo de Sócrates e, mais tarde, quando regressou para desempenhar supostas funções no BES África.

Mas há mais: o Ministério Público está a investigar em que condições foi atribuído o estatuto de Potencial Interesse Nacional ao resort Costa Terra, um projeto turístico localizado na freguesia de Melides, em Grândola, que em 2008 foi comprado por Queiroz Pereira e durante anos fez parte do património da Semapa, a holding de topo da família. E nem as estradas escapam ao radar. Os magistrados chamaram ao edifício do DCIAP várias testemunhas relacionadas com a Brisa. Desconfiam de que o negócio de compra pela Brisa de uma parte da Autoestradas do Atlântico só avançou, contra a decisão à data da Autoridade da Concorrência, por pressões de Ricardo Salgado junto de Manuel Pinho. Na altura, a Brisa não só era um dos principais devedores do BES como integrou um consórcio com o banco de Ricardo Salgado para concorrer à privatização da ANA e à construção do aeroporto da Ota.

A seguir o mesmo caminho, se se juntar daqui a uns anos o conteúdo do processo EDP ao do processo BES e à Operação Marquês, teremos mais do que três processos que visam altos responsáveis políticos e titulares de cargos públicos. Muitos emails e muitas agendas poderiam, então, contar a história de um regime. ■■ [scaneao@visao.pt](mailto:scaneao@visao.pt)